Estratégia CONCURSOS

Aula 00 (Pr

Passo Estratégico de Técnica de Controle p/ CGU (Analista de Finanças e Controle - Área Geral) 2019

Professor: Guilherme Sant Anna, Tonyvan de Carvalho Oliveira

Governança no setor público. Papel e importância.Controles internos segundo o COSO *Internal Control – Integrated Framework* (2013) e COSO *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* (2004).(PARTE 01)

1 – Apresentação 2
1.1 – Passo Estratégico 3
2 – Introdução 4
2.1 – Contextualização 4
2.2 – Modelos de gestão de risco: Coso I 5
2.3 – Modelos de gestão de risco: Coso II 12
3 – Análise Estatística 16
4 – Análise das questões 16
5 – Orientações de Estudo e Conteúdo 31
6 – Questionário de Revisão 37
6.1 – Questionário: somente perguntas 37
6.2 – Questionário: perguntas com respostas 37
7 – Bibliografia 41

1 – APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal!

Meu nome é **Tonyvan Carvalho**, sou **Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE PI)** – aprovado no concurso de 2014. Terei a responsabilidade e a satisfação de ser o **Analista da disciplina de Técnica de Controle** nesse projeto pioneiro que é o Passo Estratégico! Dividirei esse trabalho com o mestre **Guilherme Sant'Anna** (**Auditor Fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado do RJ (ICMS-RJ)**.

Inicialmente, irei me apresentar. Sou graduado em Matemática (Bacharelado e Licenciatura), Administração e Computação. Pós-graduado em Auditoria e Contabilidade Governamental, Contabilidade e Controles na Administração Pública, Matemática e Estatística. Estou aqui como facilitador do seu aprendizado para ajudá-lo a conseguir a sua aprovação.

Antes de começarmos a nossa aula, quero compartilhar um pouco da minha história no mundo dos concursos. Meu primeiro contato com concurso público foi aos 21 anos de idade (1996), logo após minha formação no curso técnico em Eletrônica pela Escola Técnica Federal do Piauí, ocasião em que fui aprovado em três concursos. Foram eles: Técnico em Telecomunicações (Telepisa, sexto lugar), Técnico Industrial (Correios primeiro lugar) e Técnico em Telecomunicações (Embratel, sétimo lugar). Assumi o primeiro e trabalhei por aproximadamente dois anos, quando o sistema de telecomunicações foi privatizado. Posteriormente, trabalhei numa multinacional e, em seguida, por conta própria, nunca deixando de estudar para concursos, ainda que sem foco e/ou planejamento.

Em 2009, fui aprovado em dois concursos: Assistente Técnico Administrativo do Ministério da Fazenda e Auditor Interno do Tribunal de Justiça do Piauí (fiquei por lá até junho de 2014). Cheguei a ir à segunda fase para Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, sendo eliminado por ter ficado acima dos excedentes.

Em 2010, continuei meus estudos de forma planejada e, já trabalhando no TJ-PI, fui aprovado para Auditor Fiscal do ISS RJ. Sem dúvida essa foi uma grande vitória, mas minha vontade mesmo era de passar em um concurso na minha cidade, Teresina – PI.

2014 foi o ano da REDENÇÃO, pois fui aprovado e nomeado para Auditor de Controle Externo do TCE PI- cargo que ocupo atualmente. Tenho muito orgulho por trabalhar em um dos melhores climas organizacionais do Brasil! Além disso, ganhei uma boneca chamada **Khrystal** (minha filha caçula). Dessa forma, completei o meu trio de filhas: **Kímberlly – Kathleen – Khystal**.

Atualmente ministro aulas presenciais em cursos de pós-graduação e preparatórios para concursos públicos nas disciplinas de Exatas e Auditoria (privada e governamental), além de comentar questões dessas disciplinas em site especializado.

Para finalizar essa "pequena" jornada, nos anos de 2016/2017 fui aprovado para o Cargo de Fiscal de Tributos da SEFAZ MA e Auditor Fiscal da Receita Municipal de Teresina.

1.1 – PASSO ESTRATÉGICO

Vamos agora falar sobre o nosso projeto do Passo Estratégico. Já adianto que não tenho dúvidas de que o "Passo" será uma importante ferramenta para seus estudos, tornando mais próximo o seu sonho de ocupar o almejado cargo público.

Vejamos de antemão alguns dos objetivos de nosso projeto:

- ✓ **Expor** – por meio de análise estatística – **os assuntos com maior incidência de cobrança** nas provas do seu cargo (e, por consequência, banca) de interesse;

- ✓ **Apresentar**, dentro de cada assunto, os **pontos mais recorrentes** e que, por isso, merecem toda sua atenção;

- ✓ Servir como um **roteiro de revisão**, por meio de apresentação de questões selecionadas e de um checklist (questionário) de estudo;

- ✓ **Treiná-lo através de simulados periódicos** de questões inéditas, elaboradas bem no estilo da sua banca.

Atualmente, encontramos no mercado uma infinidade de materiais e fontes de estudo, alguns de excelente qualidade, outros nem tanto. Por conta da evolução das bancas e dos próprios conteúdos das disciplinas cobradas nos concursos públicos, os materiais tornaram-se – muitas vezes – extensos e de difícil conclusão. Não quero dizer que isso é algo necessariamente ruim. As bancas vêm se reinventando para cobrar cada vez mais detalhes e o autor/professor se sente na obrigação de trazer tudo a seus leitores.

Nosso objetivo aqui é trazer relatórios concisos, de aproximadamente 30 páginas cada. Vamos sempre direto ao ponto! Não é nossa função substituir suas fontes primárias de estudo (livros, PDFs, aulas em vídeo, etc.). Para aqueles que já vêm estudando de maneira regular a disciplina, nos propomos a ser um diferencial, um complemento, ajudando a revisar de forma consistente e a manter o nível já atingido. Por outro lado, para quem está iniciando, atuamos como uma espécie de farol, iluminando os pontos nos quais deverá ser dispensada maior atenção, permitindo ao aluno alocar de maneira mais eficiente seu precioso tempo.

Dificilmente você encontrará por aí algo que se proponha a trazer o tipo de informação de qualidade aqui encontrada.

Assim sendo, meus amigos, vamos juntos nessa dura – porém recompensadora – batalha rumo à aprovação para o cargo de **Analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União (CGU)**. O cargo dispensa maiores apresentações em termos de importância, de status dentro da máquina pública e, por que não comentar, de remuneração!

2 – INTRODUÇÃO

2.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

Nosso **primeiro relatório** aborda aspectos gerais acerca da Governança e Análise de Riscos. Para efeitos didáticos, o tema será dividido em duas partes. Hoje veremos a parte I.

Constataremos que as provas elaboradas pela Cespe costumam cobrar de forma **literal** as definições dispostas nos modelos de gestão de risco, em especial nos modelos de controle interno emitidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO, 1992), também conhecidos como:

- ✓ *Internal Control Integrated Framework* **(Coso I)**;
- ✓ *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* **(Coso II)**.

Algo que vale a pena destacar, nesse início de jornada, é que esse assunto tem por característica um escopo bem restrito e, portanto, vocês devem estar ligados para não perder questões.

Começaremos nosso Passo Estratégico já mostrando uma questão recorrente em provas de Técnica de Controle, que é a definição de Controle Interno, segundo a estrutura do Coso I:

> **Controle interno** é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar **segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade**.

Segundo o **Referencial Básico de Gestão de Riscos (TCU, 2018)**, *"Risco é o efeito da incerteza sobre objetivos estabelecidos. É a possibilidade de ocorrência de eventos que afetem a realização ou alcance dos objetivos, combinada com o impacto dessa ocorrência sobre os resultados pretendidos. Eles existem independentemente da atenção que damos a eles que, se não gerenciados, podem comprometer o alcance de objetivos almejados".*

"Em geral, à medida que amadurecemos tomamos maior consciência do ambiente em que estamos inseridos, ficamos mais hábeis na identificação de vulnerabilidades (falhas ou fraquezas), mais aptos a identificar ameaças e oportunidades e, portanto, mais prontos a identificar eventos que podem impactar o alcance de nossos objetivos. Ao analisarmos o ambiente em que estamos inseridos, e tendo em vista os objetivos estabelecidos, podemos decidir acerca de quais medidas ou controles internos podem ser adotados para tratar os potenciais riscos de sorte a mantê-los em níveis compatíveis com nosso apetite (aceitação) e tolerância (resiliência)".

2.2 – MODELOS DE GESTÃO DE RISCO: COSO I

Gestão de riscos consiste em um conjunto de atividades coordenadas para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos.

É o processo que visa conferir razoável segurança quanto ao alcance dos objetivos. Para lidar com riscos e aumentar a chance de alcançar objetivos, as organizações adotam desde abordagens informais até abordagens altamente estruturadas e sistematizadas de gestão de riscos, dependendo de seu porte e da complexidade de suas operações.

Adotar padrões e boas práticas estabelecidos em modelos reconhecidos é uma maneira eficaz de estabelecer uma abordagem sistemática, oportuna e estruturada para a gestão de riscos, que contribua para a eficiência e a obtenção de resultados consistentes (ABNT, 2009). Isso evita que a organização seja aparelhada com uma coleção de instrumentos e procedimentos burocráticos, descoordenados, que podem levar à falsa impressão da existência de um sistema de gestão de riscos e controle efetivo que, na prática, não garantem os benefícios desejados.

Este tópico apresenta um dos principais modelos reconhecidos internacionalmente (e cobrados nas provas da Cespe) que são utilizados pelas organizações para implementar a gestão de riscos de forma consistente e sistematizada.

No início dos anos 90, as bases para o que conhecemos hoje como gestão de riscos foram estabelecidas mediante a publicação de três documentos que se tornaram referência mundial no tema: **o COSO I**, o Cadbury e a AS/NZS 4360:1995.

O guia *Internal Control - Integrated Framework* (COSO I), publicado em 1992 pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – COSO, consolidou a ideia de gestão de risco corporativo e apresentou um conjunto de princípios e boas práticas de gestão e controle interno (COSO, 1992). Essa primeira versão obteve grande aceitação e tem sido aplicada amplamente em todo o mundo. Ela é reconhecida como uma estrutura modelo para o desenvolvimento, implementação e condução do controle interno, bem como para a avaliação de sua eficácia.

A seguir, apresentaremos para você um resumo dos principais tópicos do **Coso I**:

Definição de controle interno

O controle interno é definido da seguinte forma:

Controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.

Essa definição reflete alguns conceitos fundamentais. **O controle interno é**:

• Conduzido para atingir objetivos em uma ou mais categorias – **operacional, divulgação e conformidade.**

• Um processo que consiste em tarefas e atividades contínuas – **um meio para um fim, não um fim em si mesmo.**
• Realizado por pessoas – não se trata simplesmente de um manual de políticas e procedimentos, sistemas e formulários, mas diz respeito **a pessoas e às ações que elas tomam em cada nível da organização para realizar o controle interno**.
• Capaz de proporcionar segurança razoável - **mas não absoluta, para a estrutura de governança e alta administração de uma entidade**.
• Adaptável à estrutura da entidade – **flexível na aplicação para toda a entidade ou para uma subsidiária**, divisão, unidade operacional ou processo de negócio em particular.
Essa definição é intencionalmente abrangente. Ela captura conceitos importantes que são fundamentais para a forma como as organizações desenvolvem, implementam e conduzem o controle interno, proporcionando uma base para aplicação a todas as organizações que operam em diferentes estruturas de entidades, indústrias e regiões geográficas.

Objetivos

A Estrutura apresenta **três categorias de objetivos**, o que permite às organizações se concentrarem em diferentes aspectos do controle interno:
• **Operacional** – Esses objetivos relacionam-se à **eficácia e à eficiência** das operações da entidade, inclusive as metas de desempenho financeiro e operacional e a salvaguarda de perdas de ativos.
• **Divulgação** – Esses objetivos relacionam-se a **divulgações financeiras e não financeiras, internas e externas**, podendo abranger os requisitos de confiabilidade, oportunidade, transparência ou outros termos estabelecidos pelas autoridades normativas, órgãos normatizadores reconhecidos, ou às políticas da entidade.
• **Conformidade** – Esses objetivos relacionam-se ao **cumprimento de leis e regulamentações** às quais a entidade está sujeita.

Componentes do controle interno

O controle interno consiste em cinco componentes integrados.

1) Ambiente de controle

O ambiente de controle é um conjunto de normas, processos e estruturas que fornece a base para a condução do controle interno por toda a organização. A estrutura de governança e a alta administração estabelecem uma diretriz sobre a importância do controle interno, inclusive das normas de conduta esperadas. A administração reforça as expectativas nos vários níveis da organização.
O ambiente de controle abrange a integridade e os valores éticos da organização; os parâmetros que permitem à estrutura de governança cumprir com suas responsabilidades de supervisionar a governança; a estrutura organizacional e a

delegação de autoridade e responsabilidade; o processo de atrair, desenvolver e reter talentos competentes; e o rigor em torno de medidas, incentivos e recompensas por performance. O ambiente de controle resultante tem impacto pervasivo sobre todo o sistema de controle interno.

2) Avaliação de riscos

Toda entidade enfrenta vários riscos de origem tanto interna quanto externa. Define-se risco como a possibilidade de que um evento ocorra e afete adversamente a realização dos objetivos. A avaliação de riscos envolve um processo dinâmico e iterativo para identificar e avaliar os riscos à realização dos objetivos.
Esses riscos de não atingir os objetivos em toda a entidade são considerados em relação às tolerâncias aos riscos estabelecidos. Dessa forma, a avaliação de riscos estabelece a base para determinar a maneira como os riscos serão gerenciados.
Uma condição prévia à avaliação de riscos é o estabelecimento de objetivos, ligados aos diferentes níveis da entidade. A administração especifica os objetivos dentro das categorias: operacional, divulgação e conformidade, com clareza suficiente para identificar e analisar os riscos à realização desses objetivos. A administração também considera a adequação dos objetivos à entidade. A avaliação de riscos requer ainda que a administração considere o impacto de possíveis mudanças no ambiente externo e dentro de seu próprio modelo de negócio que podem tornar o controle interno ineficaz.

3) Atividades de controle

Atividades de controle são ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela administração para mitigar os riscos à realização dos objetivos. As atividades de controle são desempenhadas em todos os níveis da entidade, em vários estágios dentro dos processos corporativos e no ambiente tecnológico. Podem ter natureza preventiva ou de detecção e abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e revisões de desempenho do negócio. A segregação de funções é geralmente inserida na seleção e no desenvolvimento das atividades de controle. Nos casos em que a segregação de funções seja impraticável, a administração deverá selecionar e desenvolver atividades alternativas de controle.

4) Informação e comunicação

A informação é necessária para que a entidade cumpra responsabilidades de controle interno a fim de apoiar a realização de seus objetivos.
A administração obtém ou gera e utiliza informações importantes e de qualidade, originadas tanto de fontes internas quanto externas, a fim de apoiar o funcionamento de outros componentes do controle interno. A comunicação é o processo contínuo e iterativo de proporcionar, compartilhar e obter as informações necessárias. A

comunicação interna é o meio pelo qual as informações são transmitidas para a organização, fluindo em todas as direções da entidade.
Ela permite que os funcionários recebam uma mensagem clara da alta administração de que as responsabilidades pelo controle devem ser levadas a sério. A comunicação externa apresenta duas vertentes: permite o recebimento, pela organização, de informações externas significativas, e proporciona informações a partes externas em resposta a requisitos e expectativas.

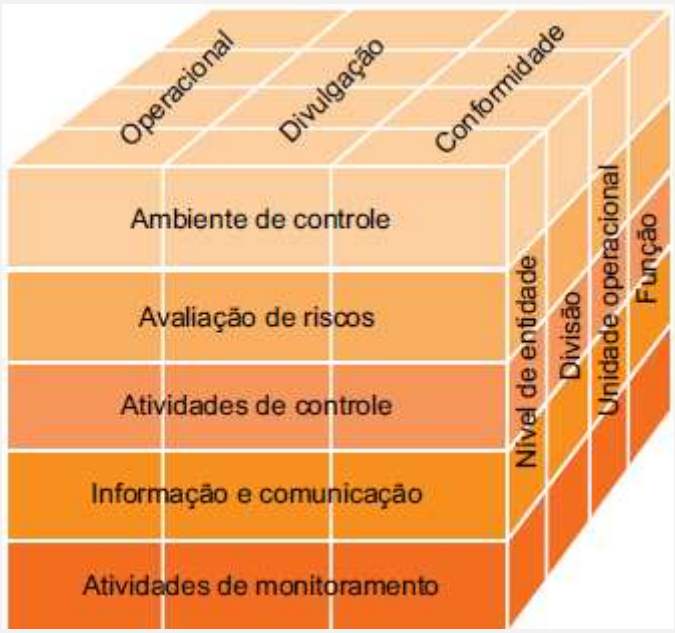
5) Atividades de monitoramento

Uma organização utiliza avaliações contínuas, independentes, ou uma combinação das duas, para se certificar da presença e do funcionamento de cada um dos cinco componentes de controle interno, inclusive a eficácia dos controles nos princípios relativos a cada componente. As avaliações contínuas, inseridas nos processos corporativos nos diferentes níveis da entidade, proporcionam informações oportunas. As avaliações independentes, conduzidas periodicamente, terão escopos e frequências diferentes, dependendo da avaliação de riscos, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações da administração. Os resultados são avaliados em relação a critérios estabelecidos pelas autoridades normativas, órgãos normatizadores reconhecidos ou pela administração e a estrutura de governança, sendo que as deficiências são comunicadas à estrutura de governança e administração, conforme aplicável.

Relação entre objetivos e componentes

Existe uma relação direta entre os objetivos, que são o que a entidade busca alcançar, os componentes, que representam o que é necessário para atingir os objetivos, e a estrutura organizacional da entidade (as unidades operacionais e entidades legais, entre outras). Essa relação pode ser ilustrada na forma de um cubo.

- As três categorias de objetivos – operacional, divulgação e conformidade – são representadas pelas colunas.
- Os cinco componentes são representados pelas linhas.
- A estrutura organizacional da entidade é representada pela terceira dimensão.



Componentes e princípios

A Estrutura estabelece **17 princípios**, que representam os conceitos fundamentais associados a cada componente. Como esses princípios são originados diretamente dos componentes, uma entidade poderá ter um controle interno eficaz ao aplicar todos os princípios. Todos os princípios aplicam-se aos objetivos operacionais, divulgação e conformidade. Os princípios que apoiam os componentes do controle interno estão relacionados a seguir.

Ambiente de controle

1. A organização demonstra ter comprometimento com a integridade e os valores éticos.
2. A estrutura de governança demonstra independência em relação aos seus executivos e supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno.
3. A administração estabelece, com a suspensão da estrutura de governança, as estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas na busca dos objetivos.
4. A organização demonstra comprometimento para atrair, desenvolver e reter talentos competentes, em linha com seus objetivos.
5. A organização faz com que as pessoas assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos.

Avaliação de riscos

6. A organização especifica os objetivos com clareza suficiente, a fim de permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos.
7. A organização identifica os riscos à realização de seus objetivos por toda a entidade e analisa os riscos como uma base para determinar a forma como devem ser gerenciados.

8. A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos.
9. A organização identifica e avalia as mudanças que poderiam afetar, de forma significativa, o sistema de controle interno.

Atividades de controle

10. A organização seleciona e desenvolve atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos.
11. A organização seleciona e desenvolve atividades gerais de controle sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos.
12. A organização estabelece atividades de controle por meio de políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática essas políticas.

Informação e comunicação

13. A organização obtém ou gera e utiliza informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno.
14. A organização transmite internamente as informações necessárias para apoiar o funcionamento do controle interno, inclusive os objetivos e responsabilidades pelo controle.
15. A organização comunica-se com os públicos externos sobre assuntos que afetam o funcionamento do controle interno.

Atividades de monitoramento

16. A organização seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno.
17. A organização avalia e comunica deficiências no controle interno em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, conforme aplicável.

Controle interno eficaz

A Estrutura estabelece os requisitos para um sistema eficaz de controle interno, que proporciona segurança razoável acerca da realização dos objetivos da entidade. Um sistema de controle interno eficaz reduz, a um nível aceitável, o risco de não se atingir o objetivo de uma entidade e pode estar relacionado a uma, duas ou todas as três categorias de objetivos. O sistema requer:

• A presença e o funcionamento de cada um dos cinco componentes e princípios relacionados. “Presença” refere-se à determinação da existência dos componentes e princípios relacionados no desenho e na implementação do sistema de controle interno para atingir objetivos especificados. “Funcionamento” refere-se à determinação de que os componentes e princípios relacionados continuem a existir na operação e na condução do sistema de controle interno para atingir objetivos especificados;

• Os cinco componentes operam em conjunto de forma integrada. “Operam em conjunto” refere-se à determinação de que todos os cinco componentes, em conjunto, reduzam a um nível aceitável o risco de não se atingir o objetivo. Os componentes não devem ser considerados de forma separada; eles operam em conjunto como um sistema integrado. Os componentes são interdependentes e contam com uma profusão de inter-relacionamentos e ligações entre si, especialmente a maneira como os princípios interagem dentro e entre todos os componentes.

Limitações

A Estrutura reconhece que, embora o controle interno proporcione segurança razoável quanto à realização dos objetivos da entidade, existem limitações.

O controle interno não é capaz de evitar julgamentos errôneos ou más decisões, ou ainda eventos externos que impeçam a organização de atingir suas metas operacionais. Em outras palavras, até mesmo um sistema eficaz de controle interno pode apresentar falhas. As limitações podem ser resultado de:

• adequação dos objetivos estabelecidos como uma condição prévia ao controle interno;

• realidade de que o julgamento humano na tomada de decisões pode ser falho e tendencioso;

• falhas que podem ocorrer devido a erros humanos, como enganos simples;

• capacidade da administração de sobrepassar o controle interno;

• capacidade da administração, outros funcionários e/ou terceiros transpassarem os controles por meio de conluio entre as partes; e

• eventos externos fora do controle da organização.

Essas limitações impedem que a estrutura de governança e a administração tenha segurança absoluta da realização dos objetivos da entidade – isto é, o controle interno proporciona segurança razoável, mas não absoluta. Embora essas limitações sejam inerentes, a administração deve estar ciente delas ao selecionar, desenvolver e aplicar controles na organização para minimizar, dentro do possível, tais limitações.

2.3 – MODELOS DE GESTÃO DE RISCO: COSO II

Em 2004, o COSO publicou o *Enterprise Risk Management - Integrated Framework (conhecido como COSO-ERM ou COSO II)*, referência que estendeu o escopo do COSO I, tendo como foco a gestão de riscos corporativos. Em outros termos, acrescentou-se ao Coso I três novos elementos, transformando-o no *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* (Coso II): fixação de objetivos, identificação de eventos e resposta a risco.

A implantação e o aprimoramento da gestão de riscos em uma organização constitui um processo de aprendizagem, que começa com o desenvolvimento de consciência sobre a importância de gerenciar riscos e avança com a implementação de práticas e estruturas necessárias.

O ápice desse processo se dá quando a organização conta com uma abordagem sistêmica e consistente para gerenciar riscos e com uma cultura organizacional profundamente consciente dos princípios e práticas da gestão de riscos.

Para facilitar o alcance desses objetivos, sugere-se, sempre que possível, observar os modelos existentes, lembrando que a aplicação de um modelo deve considerar o princípio básico de que a gestão de riscos deve ser feita sob medida, alinhada com o contexto interno e externo da organização e com o seu perfil de risco (ABNT, 2009).

A seguir são apresentados quatro modelos de referência que devem ser estudados e conhecidos antes da institucionalização da gestão de risco no âmbito de uma organização, seja ela pública ou privada. São eles: (a) **COSO II – Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada**; (b) COSO GRC 2016 – Alinhando Risco com Estratégia e Desempenho; (c) ISO 31000 – Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes; e (d) Orange Book e Risk Management Assessment Framework.

O Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada (COSO II) trata de um modelo de gestão de riscos predominante no cenário corporativo internacional, especialmente na América do Norte, desenvolvido pela PricewaterhouseCoopers LLP, sob encomenda do COSO, com o propósito de fornecer estratégia de fácil utilização pelas organizações para avaliar e melhorar a gestão de riscos.

O modelo é apresentado na forma de matriz tridimensional (cubo), demonstrando uma visão integrada dos componentes que os gestores precisam adotar para gerenciar os riscos de modo eficaz, no contexto dos objetivos e da estrutura de cada organização.

A seguir, apresentaremos para você um resumo dos principais tópicos do **Coso II**:

Definição de Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é um processo conduzido em uma organização pelo conselho de administração, diretoria e demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda a organização eventos em potencial, capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite a risco da organização e possibilitar garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos.

Essa definição reflete certos conceitos fundamentais. O gerenciamento de riscos corporativos é:
• um processo contínuo e que flui através da organização;
• conduzido pelos profissionais em todos os níveis da organização;
• aplicado à definição das estratégias;
• aplicado em toda a organização, em todos os níveis e unidades, e inclui a formação de uma visão de portfólio de todos os riscos a que ela está exposta;
• formulado para identificar eventos em potencial, cuja ocorrência poderá afetar a organização, e
• para administrar os riscos de acordo com seu apetite a risco;
• capaz de propiciar garantia razoável para o conselho de administração e a diretoria executiva de uma organização;
• orientado para a realização de objetivos em uma ou mais categorias distintas, mas dependentes.

Realização de Objetivos

Essa estrutura de gerenciamento de riscos corporativos é orientada a fim de alcançar os objetivos de uma organização e são classificados em **quatro categorias**:

- **Estratégicos** – metas gerais, alinhadas com o que suportem à sua missão.
- **Operações** – utilização eficaz e eficiente dos recursos.
- **Comunicação** – confiabilidade de relatórios.
- **Conformidade** – cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.

Componentes do Gerenciamento de Riscos Corporativos

1) Ambiente Interno – o ambiente interno compreende o tom de uma organização e fornece a base pela qual os riscos são identificados e abordados pelo seu pessoal, inclusive a filosofia de gerenciamento de riscos, o apetite a risco, a integridade e os valores éticos, além do ambiente em que estes estão.

2) Fixação de Objetivos – os objetivos devem existir antes que a administração possa identificar os eventos em potencial que poderão afetar a sua realização. O gerenciamento de riscos corporativos assegura que a administração disponha de um processo implementado para estabelecer os objetivos que propiciem suporte e estejam alinhados com a missão da organização e sejam compatíveis com o seu apetite a riscos.

3) Identificação de Eventos – os eventos internos e externos que influenciam o cumprimento dos objetivos de uma organização devem ser identificados e classificados entre riscos e oportunidades. Essas oportunidades são canalizadas para os processos de estabelecimento de estratégias da administração ou de seus objetivos.

4) Avaliação de Riscos – os riscos são analisados, considerando-se a sua probabilidade e o impacto como base para determinar o modo pelo qual deverão ser administrados. Esses riscos são avaliados quanto à sua condição de inerentes e residuais.

5) Resposta a Risco – a administração escolhe as respostas aos riscos - evitando, aceitando, reduzindo ou compartilhando – desenvolvendo uma série de medidas para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite a risco. **As respostas a riscos classificam-se nas seguintes categorias:**

Evitar – Descontinuação das atividades que geram os riscos. Evitar riscos pode implicar a descontinuação de uma linha de produtos, o declínio da expansão em um novo mercado geográfico ou a venda de uma divisão.

Reduzir – São adotadas medidas para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos. Tipicamente, esse procedimento abrange qualquer uma das centenas de decisões do negócio no dia-a-dia.

Compartilhar – Redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma porção do risco. As técnicas comuns compreendem a aquisição de produtos de seguro, a realização de transações de *headging* ou a terceirização de uma atividade.

Aceitar – Nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

6) Atividades de Controle – políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia.

7) Informações e Comunicações – as informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas de forma e no prazo que permitam que cumpram suas responsabilidades. A comunicação eficaz também ocorre em um sentido mais amplo, fluindo em todos níveis da organização.

8) Monitoramento – a integridade da gestão de riscos corporativos é monitorada e são feitas as modificações necessárias. O monitoramento é realizado através de atividades gerenciais contínuas ou avaliações independentes ou de ambas as formas.

Relacionamento entre Objetivos e Componentes

Existe um relacionamento direto entre os objetivos, que uma organização empenha-se em alcançar, e os componentes do gerenciamento de riscos corporativos, que representam aquilo que é necessário para o seu alcance. Esse relacionamento é apresentado em uma matriz tridimensional em forma de cubo.
As quatro categorias de objetivos (estratégicos, operacionais, de comunicação e conformidade) estão representadas nas colunas verticais. Os oito componentes nas linhas horizontais e as unidades de uma organização na terceira dimensão. Essa representação ilustra a capacidade de manter o enfoque na totalidade do gerenciamento de riscos de uma organização, ou na categoria de objetivos, componentes, unidade da organização ou qualquer um dos subconjuntos.

Eventos – Riscos e Oportunidades

Um evento é um incidente ou uma ocorrência gerada com base em fontes internas ou externas, que afeta a realização dos objetivos. Os eventos podem causar impacto negativo, positivo ou ambos. Os eventos que geram impacto negativo representam riscos. Da mesma forma, o risco é definido como segue:
O **risco** é representado pela possibilidade de que um evento ocorrerá e afetará negativamente a realização dos objetivos.
Os eventos cujo impacto é positivo podem contrabalançar os impactos negativos ou representar oportunidades. A oportunidade é definida da seguinte forma:
Oportunidade é a possibilidade de que um evento ocorra e influencie favoravelmente a realização dos objetivos.

3 – ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente foram selecionadas questões de Auditoria presentes nas provas de nível de superior do CESPE nos anos de 2016 a 2018. Com intuito de tornar mais completa nossa análise, selecionamos também questões de Auditoria presentes em diversas provas elaboradas pelo CESPE nos últimos 6 anos – 2013 a 2018.

Análise 1 (todas provas CESPE nível superior 2016 a 2018)

- ✓ **25,00%** das questões analisadas foram referentes aos tópicos Governança no setor público e Controles internos segundo o COSO.

Análise 2 (provas selecionadas CESPE 2013 a 2018)

- ✓ **34,52%** de todas as questões analisadas referentes aos tópicos Governança no setor público e Controles internos segundo o COSO.

Conclusão: os temas vistos nesse relatório vêm sendo **muito explorados** pelo CESPE. Ganham importância quando comparados a outros assuntos trabalhados em relatórios anteriores.

4 – ANÁLISE DAS QUESTÕES

Veremos que a Cespe tem por costume cobrar os assuntos de Técnica de Controle de **forma literal e/ou contextualizados**.

Aproveitaremos as resoluções das questões de prova para introduzir conceitos importantes de cada tópico a ser visto e para lhe mostrar a tendência de pontos que podem vir a ser abordados na sua prova.

Vejamos então algumas questões relacionadas aos tópicos deste relatório:

QUESTÕES COMENTADAS

1. (Auditor Estadual (TCM-BA) / 2018 / / Infraestrutura) Um sistema de controle interno eficaz reduz, a níveis aceitáveis, o risco de não se atingir o objetivo de uma entidade e pode estar relacionado a uma, a duas ou a todas as três categorias de objetivos. Nesse contexto, a determinação de que os componentes e princípios relacionados continuem a existir na operação e na condução do sistema de controle interno para atingir objetivos especificados refere-se

a) à presença.

b) ao funcionamento.

c) ao monitoramento.

d) à abrangência.

e) à estrutura.

Gabarito: B.

Comentários:

O **Sumário Executivo de Controle Interno - Estrutura Integrada (2013, p.11)**, *do Committee of Sponsoring Organization, Coso I,* estabelece os requisitos para um sistema eficaz de controle interno. A questão aborda um desses requisitos – **o funcionamento**. Veja:

Controle interno eficaz

A Estrutura estabelece os requisitos para um sistema eficaz de controle interno, que proporciona segurança razoável acerca da realização dos objetivos da entidade. ***Um sistema de controle interno eficaz reduz, a um nível aceitável, o risco de não se atingir o objetivo de uma entidade e pode estar relacionado a uma, duas ou todas as três categorias de objetivos****. O sistema requer:*

*• A presença e o funcionamento de cada um dos cinco componentes e princípios relacionados. "Presença" refere-se à determinação da existência dos componentes e princípios relacionados no desenho e na implementação do sistema de controle interno para atingir objetivos especificados. "****Funcionamento" refere-se à determinação de que os componentes e princípios relacionados continuem a existir na operação e na condução do sistema de controle interno para atingir objetivos especificados****;*

• Os cinco componentes operam em conjunto de forma integrada. "Operam em conjunto" refere-se à determinação de que todos os cinco componentes, em conjunto, reduzam a um nível aceitável o risco de não se atingir o objetivo. Os componentes não devem ser considerados de forma separada; eles operam em conjunto como um sistema integrado. Os componentes são interdependentes e contam com uma profusão de inter-relacionamentos e ligações entre si, especialmente a maneira como os princípios interagem dentro e entre todos os componentes.[...][grifo nosso]

Ressalta-se que o controle interno da entidade é composto por cinco componentes inter-relacionados, quais sejam: Ambiente de controle, Processo de avaliação de risco da entidade, Sistema de informação e comunicação, Atividade de controle e Monitoramento.

Portanto, alternativa correta é B.

2. (Auditor Estadual (TCM-BA) / 2018 / / Infraestrutura) De acordo com o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), o controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade. O componente de controle interno em que se avaliam e se comunicam as deficiências no controle interno aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, é designado

a) ambiente de controle.

b) avaliação de riscos.

c) atividades de controle.

d) informação e comunicação.

e) atividades de monitoramento.

Gabarito: E.

Comentários:

COSO é o Comitê das Organizações Patrocinadas, da Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros. É uma entidade do setor privado, sem fins lucrativos, voltada para o aperfeiçoamento da qualidade de relatórios financeiros.

Segundo o COSO I, *"existe uma relação direta entre os objetivos, que são o que a entidade busca alcançar, os componentes, que representam o que é necessário para atingir os objetivos, e a estrutura organizacional da entidade (as unidades operacionais e entidades legais, entre outras). Essa relação pode ser ilustrada na forma de um cubo."*

A Estrutura estabelece 17 princípios, que representam os conceitos fundamentais associados a cada componente. Como esses princípios são originados diretamente dos componentes, uma entidade poderá ter um controle interno eficaz ao aplicar todos os princípios. Todos os princípios aplicam-se aos objetivos operacionais, divulgação e conformidade. Os princípios que apoiam os componentes do controle interno estão relacionados a seguir.

a) Ambiente de controle:

1. A organização demonstra ter comprometimento com a integridade e os valores éticos.

2.A estrutura de governança demonstra independência em relação aos seus executivos e supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno.

3. A administração estabelece, com a suspensão da estrutura de governança, as estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas na busca dos objetivos.

4. A organização demonstra comprometimento para atrair, desenvolver e reter talentos competentes, em linha com seus objetivos.

5. A organização faz com que as pessoas assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos.

b) Avaliação de riscos:

6. A organização especifica os objetivos com clareza suficiente, a fim de permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos.

7. A organização identifica os riscos à realização de seus objetivos por toda a entidade e analisa os riscos como uma base para determinar a forma como devem ser gerenciados.

8. A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos.

9. A organização identifica e avalia as mudanças que poderiam afetar, de forma significativa, o sistema de controle interno.

c) Atividades de controle:

10. A organização seleciona e desenvolve atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos.

11. A organização seleciona e desenvolve atividades gerais de controle sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos.

12. A organização estabelece atividades de controle por meio de políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática essas políticas.

d) Informação e comunicação:

13. A organização obtém ou gera e utiliza informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno.

14. A organização transmite internamente as informações necessárias para apoiar o funcionamento do controle interno, inclusive os objetivos e responsabilidades pelo controle.

15. A organização comunica-se com os públicos externos sobre assuntos que afetam o funcionamento do controle interno.

*e) **Atividades de monitoramento**:*

16. A organização seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno.

*17. **A organização avalia e comunica deficiências no controle interno em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, conforme aplicável**. [grifo nosso]*

Portanto, alternativa correta é E.

3. (Auditor Estadual (TCM-BA) / 2018 / / Controle Externo) A metodologia de avaliação dos controles internos de determinada entidade, que tem por objetivo garantir a adequação e a consistência desses controles, prevê a execução de diversas etapas, em uma sequência lógica. Nessa avaliação, a última etapa a ser executada consiste na

a) realização de testes de observância das normas internas e legais.

b) execução de entrevistas com os empregados da entidade.

c) elaboração de fluxogramas.

d) identificação dos controles essenciais ao sistema.

e) inspeção física da operação normal da entidade.

Gabarito: A.

Comentários:

Segundo o COSO I, o controle interno da entidade é composto por cinco componentes inter-relacionados, quais sejam: Ambiente de controle, Processo de avaliação de risco da entidade, Sistema de informação e comunicação, Atividade de controle e Monitoramento.

A Estrutura estabelece 17 princípios, que representam os conceitos fundamentais associados a cada componente. Como esses princípios são originados diretamente dos componentes, uma entidade poderá ter um **controle interno eficaz ao aplicar todos os princípios**. Todos os princípios aplicam-se aos objetivos operacionais, divulgação e conformidade. Os princípios que apoiam os componentes do controle interno estão relacionados a seguir.

a) Ambiente de controle:

1. A organização demonstra ter comprometimento com a integridade e os valores éticos.

2.A estrutura de governança demonstra independência em relação aos seus executivos e supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno.

3. A administração estabelece, com a supensão da estrutura de governança, as estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas na busca dos objetivos.

4. A organização demonstra comprometimento para atrair, desenvolver e reter talentos competentes, em linha com seus objetivos.

5. A organização faz com que as pessoas assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos.

b) Avaliação de riscos:

6. A organização especifica os objetivos com clareza suficiente, a fim de permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos.

7. A organização identifica os riscos à realização de seus objetivos por toda a entidade e analisa os riscos como uma base para determinar a forma como devem ser gerenciados.

8. A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos.

9. A organização identifica e avalia as mudanças que poderiam afetar, de forma significativa, o sistema de controle interno.

c) Atividades de controle:

10. A organização seleciona e desenvolve atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos.

11. A organização seleciona e desenvolve atividades gerais de controle sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos.

12. A organização estabelece atividades de controle por meio de políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática essas políticas.

d) Informação e comunicação:

13. A organização obtém ou gera e utiliza informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno.

14. A organização transmite internamente as informações necessárias para apoiar o funcionamento do controle interno, inclusive os objetivos e responsabilidades pelo controle.

15. A organização comunica-se com os públicos externos sobre assuntos que afetam o funcionamento do controle interno.

*e) **Atividades de monitoramento**:*

*16. **A organização seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno**.*

*17. **A organização avalia e comunica deficiências no controle interno em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, conforme aplicável**. [grifo nosso]*

Dessa forma, os testes de observância fazem a verificação dos controles internos da entidade. É analisado se os procedimentos são executados corretamente (existência, efetividade e continuidade). Uma organização utiliza avaliações contínuas, independentes, ou uma combinação das duas, para se certificar da presença e do funcionamento de cada um dos cinco componentes de controle interno, inclusive a eficácia dos controles nos princípios relativos a cada componente. O componente associado à aplicação dos testes de observância é o monitoramento, que consiste na última etapa do processo de avaliação dos controles internos. O monitoramento do controle interno busca assegurar que os controles funcionem como o previsto e que sejam modificados apropriadamente, conforme mudanças nas condições.

Portanto, alternativa correta é A.

4. (Auditor Estadual (TCM-BA) / 2018 / / Controle Externo) De acordo com o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), o sistema de controle interno das organizações deve seguir determinadas regras e obedecer a certos requisitos, delimitados por uma estrutura integrada. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

a) A observância estrita das políticas e dos procedimentos é suficiente para se considerar eficaz o controle interno.

b) A estrutura do controle interno proposta pelo COSO está voltada exclusivamente para organizações de grande porte.

c) O COSO, por meio da estrutura de controle interno, busca viabilizar um grau razoável de segurança para os objetivos da entidade.

d) Os objetivos de conformidade se relacionam à eficácia e à eficiência das operações da entidade.

e) O ambiente de controle restringe-se à integridade e aos valores éticos da organização.

Gabarito: C.

Comentários:

Questão aborda aspectos gerais acerca da Estrutura do Coso.

Segundo o COSO I, *"existe uma relação direta entre os objetivos, que são o que a entidade busca alcançar, os componentes, que representam o que é necessário para atingir os objetivos, e a estrutura organizacional da entidade (as unidades operacionais e entidades legais, entre outras). Essa relação pode ser ilustrada na forma de um cubo."*

Comentário das alternativas:

Letra A) ERRADA. Segundo o Coso, *"**um sistema de controle interno eficaz exige mais do que a estrita observância a políticas e procedimentos: exige, sim, o uso de julgamento**. A administração e a estrutura de governança utilizam-se de julgamento para determinar que nível de controle é suficiente. A administração e outros membros do grupo usam julgamento todos os dias para selecionar, desenvolver e distribuir os controles por toda a entidade".*

Letra B) ERRADA. Essa estrutura está voltada para qualquer organização. De maneira geral, a estrutura do COSO permite que as organizações desenvolvam, de forma efetiva e eficaz, sistemas de controle interno que se adaptam aos ambientes operacionais e corporativos em constante mudança, reduzam os riscos para níveis aceitáveis e apoiem um processo sólido de tomada de decisões e de governança da organização.

Letra C) CORRETA. O **Sumário Executivo de Controle Interno - Estrutura Integrada (2013, p.6)**, *do Committee of Sponsoring Organization,* corrobora tal entendimento com a definição de controle interno. Veja:

***Controle interno** é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar **segurança razoável com respeito à realização dos objetivos** relacionados a operações, divulgação e conformidade. [grifo nosso]*

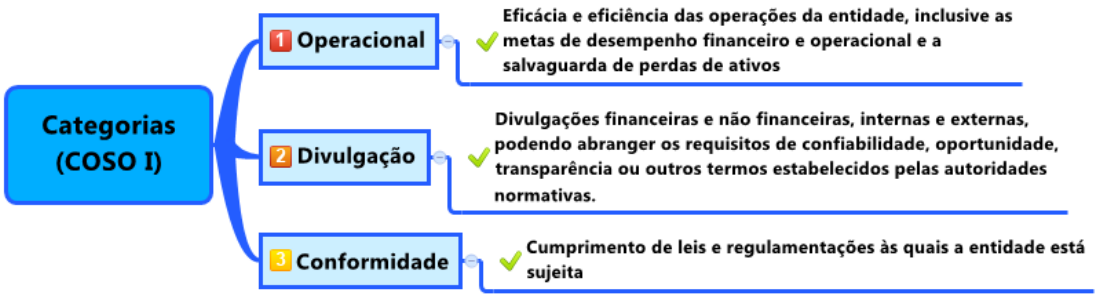
A Estrutura apresenta três categorias de objetivos, o que permite às organizações se concentrarem em diferentes aspectos do controle interno:

• ***Operacional** – Esses objetivos relacionam-se à **eficácia e à eficiência** das operações da entidade, inclusive as metas de desempenho financeiro e operacional e a salvaguarda de perdas de ativos.*

• ***Divulgação** – Esses objetivos relacionam-se a **divulgações financeiras e não financeiras, internas e externas**, podendo abranger os requisitos de confiabilidade, oportunidade,*

transparência ou outros termos estabelecidos pelas autoridades normativas, órgãos normatizadores reconhecidos, ou às políticas da entidade.

• **Conformidade** – Esses objetivos relacionam-se ao **cumprimento de leis e regulamentações** às quais a entidade está sujeita.[grifo nosso]



Letra D) ERRADA. Eficácia e eficiência se relacionam aos objetivos operacionais. Ver mapa mental acima.

Letra E) ERRADA. O ambiente de controle é mais abrangente, pois representa um conjunto de normas, processos e estruturas que fornece a base para a condução do controle interno por toda a organização.

Portanto, alternativa correta é C.

5. (Auditor do Estado (CAGE RS) / 2018) A administração de uma universidade estadual identificou e avaliou os riscos associados com a gerência da residência estudantil: concluiu que a referida gerência não possuía internamente os requisitos necessários e as funcionalidades para administrar eficazmente essa grande propriedade residencial, razão pela qual optou por terceirizar a administração da residência para uma empresa especializada, que, entre outros fatores, tivesse condições de reduzir o impacto e a probabilidade de riscos.

De acordo com o COSO, a categoria de resposta a risco descrita na situação hipotética apresentada é

a) compartilhar.

b) evitar.

c) reduzir.

d) aceitar.

e) acolher.

Gabarito: A.

Comentários:

COSO é o Comitê das Organizações Patrocinadas, da Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros. É uma entidade do setor privado, sem fins lucrativos, voltada para o

aperfeiçoamento da qualidade de relatórios financeiros. Segundo esse COSO II, o Controle Interno apresenta oito componentes, a saber:

1. Ambiente de Controle: demonstra o grau e comprometimento em todos os níveis da administração, com a qualidade do controle interno em seu conjunto.

2. Avaliação de Riscos: identifica os eventos ou das condições que podem afetar a qualidade da informação contábil e avaliação dos riscos identificados.

3.Atividades de Controle: medidas e ações integrantes de um sistema de controle que, se estabelecidas de forma tempestiva e adequada, podem vir a prevenir ou administrar os riscos inerentes ou em potencial da entidade.

4. Informações e Comunicações: identifica, armazena e comunica toda informação relevante, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos.

5. Monitoramento: compreende o acompanhamento da qualidade do controle interno, visando assegurar a sua adequação aos objetivos, ao ambiente, aos recursos e aos riscos. Pressupõe uma atividade desenvolvida ao longo do tempo.

6. Definição/Fixação de objetivos: definidos pela alta administração, os objetivos devem ser divulgados a todos os componentes da organização, antes da identificação dos eventos que possam influenciar na consecução dos objetivos.

7. Identificação de eventos: pode-se planejar o tratamento adequado para as oportunidades e para os riscos, que devem ser entendidos como parte de um contexto, e não de forma isolada.

8. Resposta ao risco: para cada risco identificado, será prevista uma resposta, que pode ser de 4 tipos: evitar, aceitar, compartilhar ou reduzir.

Os componentes de 1 a 5 (cor verde) são comuns ao COSO I e COSO II. Já os ambientes de 6 a 8 (cor vermelha) são inerentes, somente, ao COSO II.

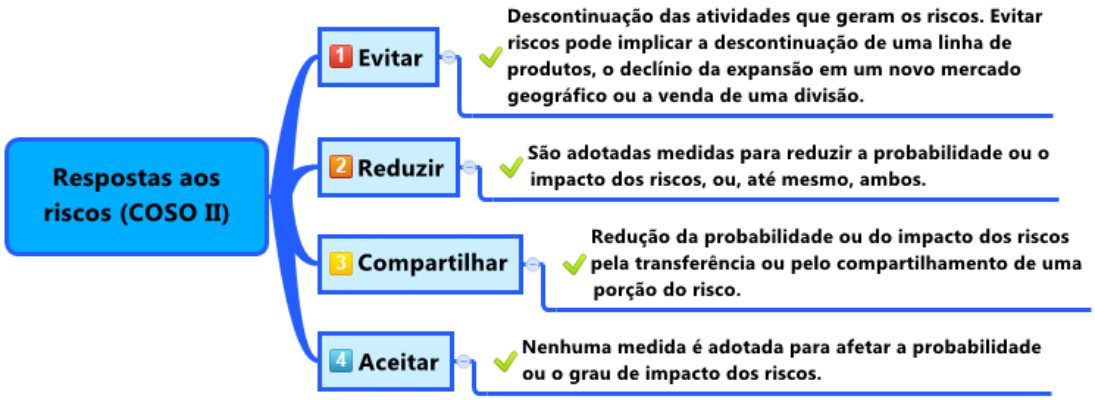
A questão aborda especificamente uma das respostas aos riscos, que se classificam nas seguintes categorias, de acordo com o **Manual de Gerenciamento de Riscos Corporativos — Estrutura Integrada (COSO II)**, *do Committee of Sponsoring Organization:*

Evitar – Descontinuação das atividades que geram os riscos. Evitar riscos pode implicar a descontinuação de uma linha de produtos, o declínio da expansão em um novo mercado geográfico ou a venda de uma divisão.

Reduzir – São adotadas medidas para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos. Tipicamente, esse procedimento abrange qualquer uma das centenas de decisões do negócio no dia-a-dia.

***Compartilhar – Redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma porção do risco**. As técnicas comuns compreendem a aquisição de produtos de seguro, a realização de transações de headging ou a **terceirização de uma atividade**.*

Aceitar – Nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.[grifo nosso]



Assim, a categoria de resposta a risco descrita na situação hipotética apresentada é **compartilhar** (terceirizar a administração da residência para uma empresa especializada).

Portanto, alternativa correta é A.

6. (Auditor do Estado (CAGE RS)/2018) Determinado componente do gerenciamento de riscos corporativos permite que a organização considere até que ponto eventos em potencial podem impactar o atingimento de seus objetivos. O COSO denomina esse componente de

a) monitoramento.

b) atividades de controle.

c) avaliação de riscos.

d) identificação de eventos.

e) informações e comunicações.

Gabarito: C.

Comentários:

A questão aborda um dos oito componentes que compõem o gerenciamento de riscos corporativos – **avaliação de riscos**. Segundo o **Manual de Gerenciamento de Riscos Corporativos — Estrutura Integrada (COSO II)**, *do Committee of Sponsoring Organization* (2007, p.12)*:*

*O gerenciamento de riscos corporativos é constituído de **oito componentes inter-relacionados**, que se originam com base na maneira como a administração gerencia a organização, e que se integram ao processo de gestão. Esses componentes são os seguintes:*

Ambiente Interno – A administração estabelece uma filosofia quanto ao tratamento de riscos e estabelece um limite de apetite a risco. O ambiente interno determina os conceitos básicos sobre a forma como os riscos e os controles serão vistos e abordados pelos empregados da organização.

Fixação de Objetivos – Os objetivos devem existir antes que a administração identifique as situações em potencial que poderão afetar a realização destes.

Identificação de Eventos – Os eventos em potencial que podem impactar a organização devem ser identificados, uma vez que esses possíveis eventos, gerados por fontes internas ou externas, afetam a realização dos objetivos.

***Avaliação de Riscos – Os riscos identificados são analisados com a finalidade de determinar a forma como serão administrados e, depois, serão associados aos objetivos que podem influenciar**.*

Resposta a Risco – Os empregados identificam e avaliam as possíveis respostas aos riscos: evitar, aceitar, reduzir ou compartilhar. A administração seleciona o conjunto de ações destinadas a alinhar os riscos às respectivas tolerâncias e ao apetite a risco.

Atividades de Controle – Políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos selecionados pela administração sejam executadas com eficácia.

Informações e Comunicações – A forma e o prazo em que as informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas permitam que as pessoas cumpram com suas atribuições.

Monitoramento – A integridade do processo de gerenciamento de riscos corporativos é monitorada e as modificações necessárias são realizadas. Desse modo, a organização poderá reagir ativamente e mudar segundo as circunstâncias. O monitoramento é realizado por meio de atividades gerenciais contínuas, avaliações independentes ou uma combinação desses dois procedimentos.[grifo nosso]

Dessa forma, a avaliação de riscos é o componente que permite uma organização considere até que ponto eventos em potencial podem impactar a realização dos objetivos. A administração avalia os eventos com base em duas perspectivas – probabilidade e impacto – e, geralmente, utiliza uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos.

Portanto, alternativa correta é C.

7. (Auditor do Estado (CAGE RS) / 2018) Diversos tipos de alterações, como, por exemplo, nas condições demográficas, nos costumes sociais, nas estruturas das famílias, nas prioridades de trabalho, podem provocar mudanças na demanda de produtos e serviços, novos locais de compra, demandas relacionadas a recursos humanos e paralisações da produção. De acordo com o COSO, as relações entre essas alterações e seus efeitos são consideradas eventos

a) políticos.

b) de meio ambiente.

c) sociais.

d) pessoais.

e) econômicos.

Gabarito: C.

Comentários:

Eventos são incidentes ou ocorrências originadas a partir de fontes internas ou externas que afetam a implementação da estratégia ou a realização dos objetivos de uma organização. Os eventos podem provocar impacto positivo, negativo ou ambos. A questão aborda um desses eventos - **os sociais**.

Segundo o **Manual de Gerenciamento de Riscos Corporativos — Estrutura Integrada (COSO II)**, *do Committee of Sponsoring Organization* (2007, p.52)*:*

Os fatores externos, com os exemplos de eventos correlatos e as suas implicações, incluem o seguinte:

Identificação de Eventos

Econômicos – os eventos relacionados contemplam: oscilações de preços, disponibilidade de capital, ou redução nas barreiras à entrada da concorrência, cujo resultado se traduz em um custo de capital mais elevado ou mais reduzido, e em novos concorrentes.

Meio ambiente – refere-se aos seguintes eventos: incêndios, inundações ou terremotos, que provocam danos a fábricas ou edificações, restrição quanto ao uso de matérias-primas e perda de capital humano.

Políticos – eleição de agentes do governo com novas agendas políticas e novas leis e regulamentos, resultando, por exemplo, na abertura ou na restrição ao acesso a mercados estrangeiros, ou elevação ou redução na carga tributária.

***Sociais – são alterações nas condições demográficas, nos costumes sociais**, nas estruturas da família, nas prioridades de trabalho/ vida e a atividade terrorista, que, por sua vez, **podem provocar mudanças na demanda de produtos e serviços, novos locais de compra, demandas relacionadas a recursos humanos e paralisações da produção**.*

Tecnológicos – são novas formas de comércio eletrônico, que podem provocar aumento na disponibilidade de dados, reduções de custos de infraestrutura e aumento da demanda de serviços com base em tecnologia.[grifo nosso]

Portanto, alternativa correta é C.

8. (Auditor do Estado (CAGE RS) / 2018) Entre as quatro categorias de objetivos organizacionais estabelecidas pelo COSO inclui-se a categoria dos objetivos operacionais, cujo propósito é

a) assegurar o cumprimento das leis e dos regulamentos.

b) utilizar de forma eficaz e eficiente os recursos.

c) viabilizar o atingimento de metas no nível mais elevado, alinhando-se e fornecendo apoio à missão.

d) evitar a perda de ativos ou recursos da organização.

e) atestar a confiabilidade dos relatórios.

Gabarito: B.

Comentários:

Questão aborda uma das quatro categorias de objetivos comuns à maioria das organizações – os objetivos operacionais (operações), segundo o **Manual de Gerenciamento de Riscos Corporativos — Estrutura Integrada (COSO II)**, *do Committee of Sponsoring Organization* (2007, p.11)*:*

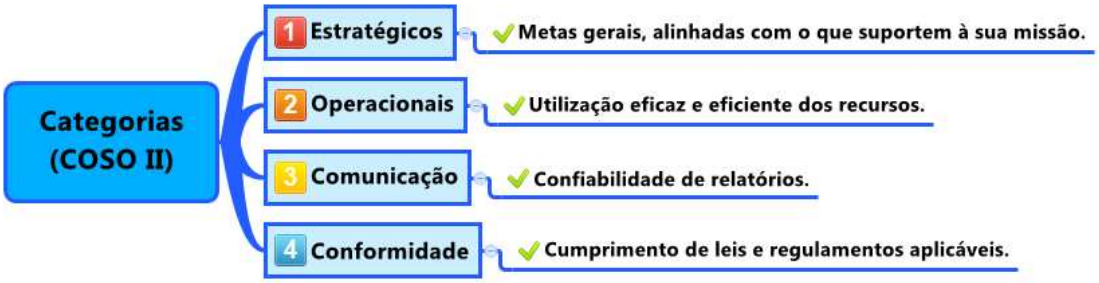
Com base na missão ou visão estabelecida por uma organização, a administração estabelece os planos principais, seleciona as estratégias e determina o alinhamento dos objetivos nos níveis da organização. Essa estrutura de gerenciamento de riscos corporativos é orientada a fim de alcançar os objetivos de uma organização e são classificados em quatro categorias:

***Estratégicos** – metas gerais, alinhadas com o que suportem à sua missão.*

Operações – utilização eficaz e eficiente dos recursos.

***Comunicação** – confiabilidade de relatórios.*

***Conformidade** – cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.*



Portanto, alternativa correta é B.

Em relação às demais alternativas quanto às categorias dos objetivos:

Letra A) ERRADA. **Conformidade**.

Letra C) ERRADA.. **Estratégicos**.

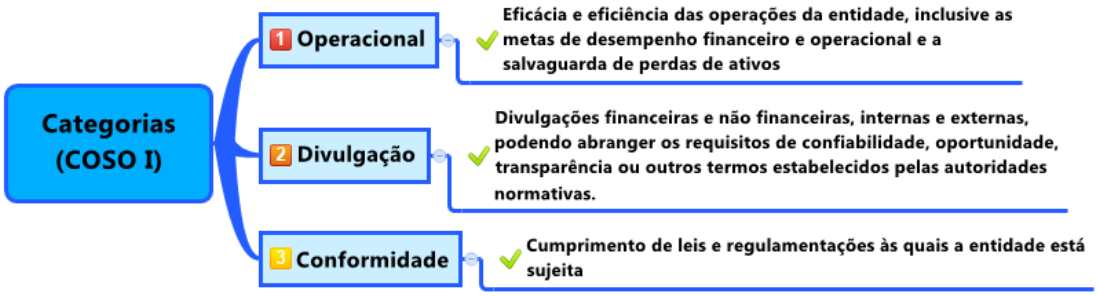
Letra D) ERRADA.. Segundo a estrutura do Coso I, **Operacional**. Veja a explicação a seguir.

O **Sumário Executivo de Controle Interno - Estrutura Integrada (2013, p.6)**, *do Committee of Sponsoring Organization,* apresenta três categorias de objetivos, o que permite às organizações se concentrarem em diferentes aspectos do controle interno:

• ***Operacional*** *– Esses objetivos relacionam-se à eficácia e à eficiência das operações da entidade, inclusive as metas de desempenho financeiro e operacional e a* ***salvaguarda de perdas de ativos****.*

• ***Divulgação*** *– Esses objetivos relacionam-se a divulgações financeiras e não financeiras, internas e externas, podendo abranger os requisitos de confiabilidade, oportunidade, transparência ou outros termos estabelecidos pelas autoridades normativas, órgãos normatizadores reconhecidos, ou às políticas da entidade.*

• ***Conformidade*** *– Esses objetivos relacionam-se ao cumprimento de leis e regulamentações às quais a entidade está sujeita.[grifo nosso]*



Letra E) ERRADA. **Comunicação.**

Dessa forma, conclui-se que temos duas alternativas corretas ("b" e "d"), o que levaria a anulação da questão. Acreditamos que a banca levou em consideração a estrutura do Coso II para tornar a alternativa "b" o gabarito da questão.

5 – ORIENTAÇÕES DE ESTUDO E CONTEÚDO

Caros alunos, pela resolução das questões comentadas no tópico anterior, percebemos claramente que a grande maioria das questões trazidas pela banca, senão todas, testam conhecimentos sobre as Estruturas do Coso – Coso I e Coso II.

Como orientação geral, quero dizer que o candidato só deve partir para a leitura "seca" das normas se já estiver muito seguro com o conteúdo geral da disciplina. Vejam que comentamos algumas definições no relatório de hoje, umas até recorrentes em questões de prova. Os conceitos mais importantes serão trazidos ainda em nosso questionário de revisão.

Nesta seção, destacarei os principais dispositivos do Coso I e II estudados em nosso relatório (a grande maioria já vista na análise das questões) e/ou que tenham grande probabilidade de ser objeto de cobrança em sua prova.

Pois bem, neste primeiro relatório enfatizamos os seguintes itens:

COSO I

Definição de controle interno

Controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.

Objetivos

• **Operacional –** Esses objetivos relacionam-se à eficácia e à eficiência das operações da entidade, inclusive as metas de desempenho financeiro e operacional e a salvaguarda de perdas de ativos.

• **Divulgação –** Esses objetivos relacionam-se a divulgações financeiras e não financeiras, internas e externas, podendo abranger os requisitos de confiabilidade, oportunidade, transparência ou outros termos estabelecidos pelas autoridades normativas, órgãos normatizadores reconhecidos, ou às políticas da entidade.

• **Conformidade –** Esses objetivos relacionam-se ao cumprimento de leis e regulamentações às quais a entidade está sujeita.

Componentes do controle interno - cinco componentes integrados.

1) Ambiente de controle

O ambiente de controle é um conjunto de normas, processos e estruturas que fornece a base para

a condução do controle interno por toda a organização. O ambiente de controle abrange a integridade e os valores éticos da organização; os parâmetros que permitem à estrutura de governança cumprir com suas responsabilidades de supervisionar a governança; a estrutura organizacional e a delegação de autoridade e responsabilidade; o processo de atrair, desenvolver e reter talentos competentes; e o rigor em torno de medidas, incentivos e recompensas por performance. O ambiente de controle resultante tem impacto pervasivo sobre todo o sistema de controle interno.

2) Avaliação de riscos

Define-se risco como a possibilidade de que um evento ocorra e afete adversamente a realização dos objetivos. A avaliação de riscos envolve um processo dinâmico e iterativo para identificar e avaliar os riscos à realização dos objetivos. Dessa forma, a avaliação de riscos estabelece a base para determinar a maneira como os riscos serão gerenciados. A administração especifica os objetivos dentro das categorias: operacional, divulgação e conformidade, com clareza suficiente para identificar e analisar os riscos à realização desses objetivos.

3) Atividades de controle

Atividades de controle são ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela administração para mitigar os riscos à realização dos objetivos. As atividades de controle são desempenhadas em todos os níveis da entidade, em vários estágios dentro dos processos corporativos e no ambiente tecnológico. Podem ter natureza preventiva ou de detecção e abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e revisões de desempenho do negócio. A segregação de funções é geralmente inserida na seleção e no desenvolvimento das atividades de controle. Nos casos em que a segregação de funções seja impraticável, a administração deverá selecionar e desenvolver atividades alternativas de controle.

4) Informação e comunicação

A informação é necessária para que a entidade cumpra responsabilidades de controle interno a fim de apoiar a realização de seus objetivos. A administração obtém ou gera e utiliza informações importantes e de qualidade, originadas tanto de fontes internas quanto externas, a fim de apoiar o funcionamento de outros componentes do controle interno. A comunicação é o processo contínuo e iterativo de proporcionar, compartilhar e obter as informações necessárias. A comunicação interna é o meio pelo qual as informações são transmitidas para a organização, fluindo em todas as direções da entidade. Ela permite que os funcionários recebam uma mensagem clara da alta administração de que as responsabilidades pelo controle devem ser levadas a sério. A comunicação externa apresenta duas vertentes: permite o recebimento, pela organização, de informações externas significativas, e proporciona informações a partes externas em resposta a requisitos e expectativas.

5) Atividades de monitoramento

Uma organização utiliza avaliações contínuas, independentes, ou uma combinação das duas, para se certificar da presença e do funcionamento de cada um dos cinco componentes de controle interno, inclusive a eficácia dos controles nos princípios relativos a cada componente. As avaliações contínuas, inseridas nos processos corporativos nos diferentes níveis da entidade, proporcionam informações oportunas. As avaliações independentes, conduzidas periodicamente, terão escopos e frequências diferentes, dependendo da avaliação de riscos, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações da administração. Os resultados são avaliados em relação a critérios estabelecidos pelas autoridades normativas, órgãos normatizadores reconhecidos ou pela administração e a estrutura de governança, sendo que as deficiências são comunicadas à estrutura de governança e administração, conforme aplicável.

Componentes e princípios

A Estrutura estabelece 17 princípios, que representam os conceitos fundamentais associados a cada componente. Como esses princípios são originados diretamente dos componentes, uma entidade poderá ter um controle interno eficaz ao aplicar todos os princípios. Todos os princípios aplicam-se aos objetivos operacionais, divulgação e conformidade. Os princípios que apoiam os componentes do controle interno estão relacionados a seguir.

Ambiente de controle

1. A organização demonstra ter comprometimento com a integridade e os valores éticos.

2. A estrutura de governança demonstra independência em relação aos seus executivos e supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno.

3. A administração estabelece, com a suspensão da estrutura de governança, as estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas na busca dos objetivos.

4. A organização demonstra comprometimento para atrair, desenvolver e reter talentos competentes, em linha com seus objetivos.

5. A organização faz com que as pessoas assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos.

Avaliação de riscos

6. A organização especifica os objetivos com clareza suficiente, a fim de permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos.

7. A organização identifica os riscos à realização de seus objetivos por toda a entidade e analisa os riscos como uma base para determinar a forma como devem ser gerenciados.

8. A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos.

9. A organização identifica e avalia as mudanças que poderiam afetar, de forma significativa, o sistema de controle interno.

Atividades de controle

10. A organização seleciona e desenvolve atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos.

11. A organização seleciona e desenvolve atividades gerais de controle sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos.

12. A organização estabelece atividades de controle por meio de políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática essas políticas.

Informação e comunicação

13. A organização obtém ou gera e utiliza informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno.

14. A organização transmite internamente as informações necessárias para apoiar o funcionamento do controle interno, inclusive os objetivos e responsabilidades pelo controle.

15. A organização comunica-se com os públicos externos sobre assuntos que afetam o funcionamento do controle interno.

Atividades de monitoramento

16. A organização seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno.

17. A organização avalia e comunica deficiências no controle interno em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, conforme aplicável.

COSO II

Definição de Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é um processo conduzido em uma organização pelo conselho de administração, diretoria e demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda a organização eventos em potencial, capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite a risco da organização e possibilitar garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos.

Realização de Objetivos

Essa estrutura de gerenciamento de riscos corporativos é orientada a fim de alcançar os objetivos

de uma organização e são classificados em quatro categorias:

- **Estratégicos** – metas gerais, alinhadas com o que suportem à sua missão.
- **Operações** – utilização eficaz e eficiente dos recursos.
- **Comunicação** – confiabilidade de relatórios.
- **Conformidade** – cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.

Componentes do Gerenciamento de Riscos Corporativos

1) Ambiente Interno – o ambiente interno compreende o tom de uma organização e fornece a base pela qual os riscos são identificados e abordados pelo seu pessoal, inclusive a filosofia de gerenciamento de riscos, o apetite a risco, a integridade e os valores éticos, além do ambiente em que estes estão.

2) Fixação de Objetivos – os objetivos devem existir antes que a administração possa identificar os eventos em potencial que poderão afetar a sua realização. O gerenciamento de riscos corporativos assegura que a administração disponha de um processo implementado para estabelecer os objetivos que propiciem suporte e estejam alinhados com a missão da organização e sejam compatíveis com o seu apetite a riscos.

3) Identificação de Eventos – os eventos internos e externos que influenciam o cumprimento dos objetivos de uma organização devem ser identificados e classificados entre riscos e oportunidades. Essas oportunidades são canalizadas para os processos de estabelecimento de estratégias da administração ou de seus objetivos.

4) Avaliação de Riscos – os riscos são analisados, considerando-se a sua probabilidade e o impacto como base para determinar o modo pelo qual deverão ser administrados. Esses riscos são avaliados quanto à sua condição de inerentes e residuais.

5) Resposta a Risco – a administração escolhe as respostas aos riscos - evitando, aceitando, reduzindo ou compartilhando – desenvolvendo uma série de medidas para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite a risco.

6) Atividades de Controle – políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia.

7) Informações e Comunicações – as informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas de forma e no prazo que permitam que cumpram suas responsabilidades. A comunicação eficaz também ocorre em um sentido mais amplo, fluindo em todos níveis da organização.

8) Monitoramento – a integridade da gestão de riscos corporativos é monitorada e são feitas as

modificações necessárias. O monitoramento é realizado através de atividades gerenciais contínuas ou avaliações independentes ou de ambas as formas.

Categorias de respostas a riscos:

Evitar – Descontinuação das atividades que geram os riscos. Evitar riscos pode implicar a descontinuação de uma linha de produtos, o declínio da expansão em um novo mercado geográfico ou a venda de uma divisão.

Reduzir – São adotadas medidas para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos. Tipicamente, esse procedimento abrange qualquer uma das centenas de decisões do negócio no dia-a-dia.

Compartilhar – Redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma porção do risco. As técnicas comuns compreendem a aquisição de produtos de seguro, a realização de transações de *headging* ou a terceirização de uma atividade.

Aceitar – Nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

6 – QUESTIONÁRIO DE REVISÃO

Nesse momento apresentamos um questionário com o intuito de efetuar uma revisão dos principais pontos da nossa disciplina. Essa prática se repetirá em todos nossos relatórios.

Inicialmente apresentaremos o questionário sem respostas.

6.1 – QUESTIONÁRIO: SOMENTE PERGUNTAS

1) O que é Controle Interno, segundo o Coso?

2) Defina Gerenciamento de Riscos Corporativos.

3) Quais os componentes do controle interno, segundo o Coso I?

4) Quais os componentes do controle interno, segundo o Coso II?

5) Quais as categorias de objetivos do Coso I? E do Coso II?

6) Quais as categorias de respostas aos riscos, segundo Coso II?

6.2 – QUESTIONÁRIO: PERGUNTAS COM RESPOSTAS

1) O que é Controle Interno, segundo o Coso?

Controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar **segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.**

2) Defina Gerenciamento de Riscos Corporativos.

O gerenciamento de riscos corporativos é um processo conduzido em uma organização pelo conselho de administração, diretoria e demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda a organização eventos em potencial, capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite a risco da organização e possibilitar garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos.

3) Quais os componentes do controle interno, segundo o Coso I?

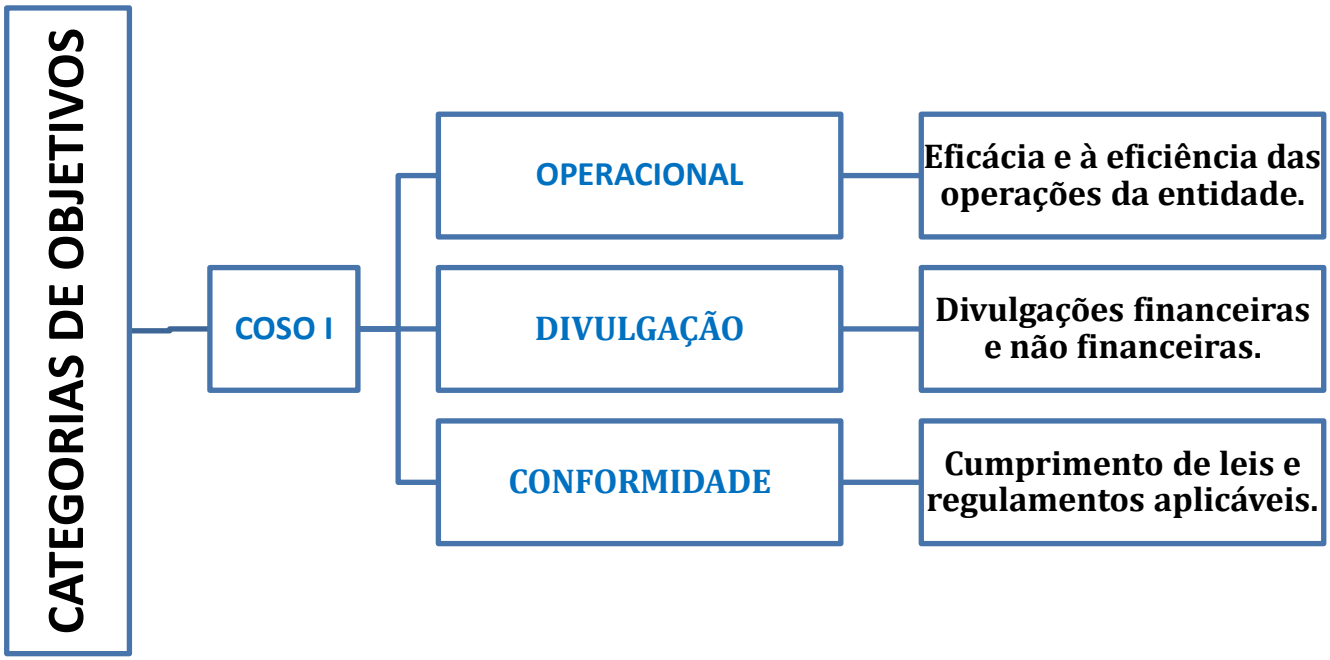
1. **Ambiente de Controle**: demonstra o grau e comprometimento em todos os níveis da administração, com a qualidade do controle interno em seu conjunto.
2. **Avaliação de Riscos**: identifica os eventos ou das condições que podem afetar a qualidade da informação contábil e avaliação dos riscos identificados.
3. **Atividades de Controle**: medidas e ações integrantes de um sistema de controle que, se estabelecidas de forma tempestiva e adequada, podem vir a prevenir ou administrar os riscos inerentes ou em potencial da entidade.
4. **Informações e Comunicações**: identifica, armazena e comunica toda informação relevante, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos.
5. **Monitoramento**: compreende o acompanhamento da qualidade do controle interno, visando assegurar a sua adequação aos objetivos, ao ambiente, aos recursos e aos riscos. Pressupõe uma atividade desenvolvida ao longo do tempo.

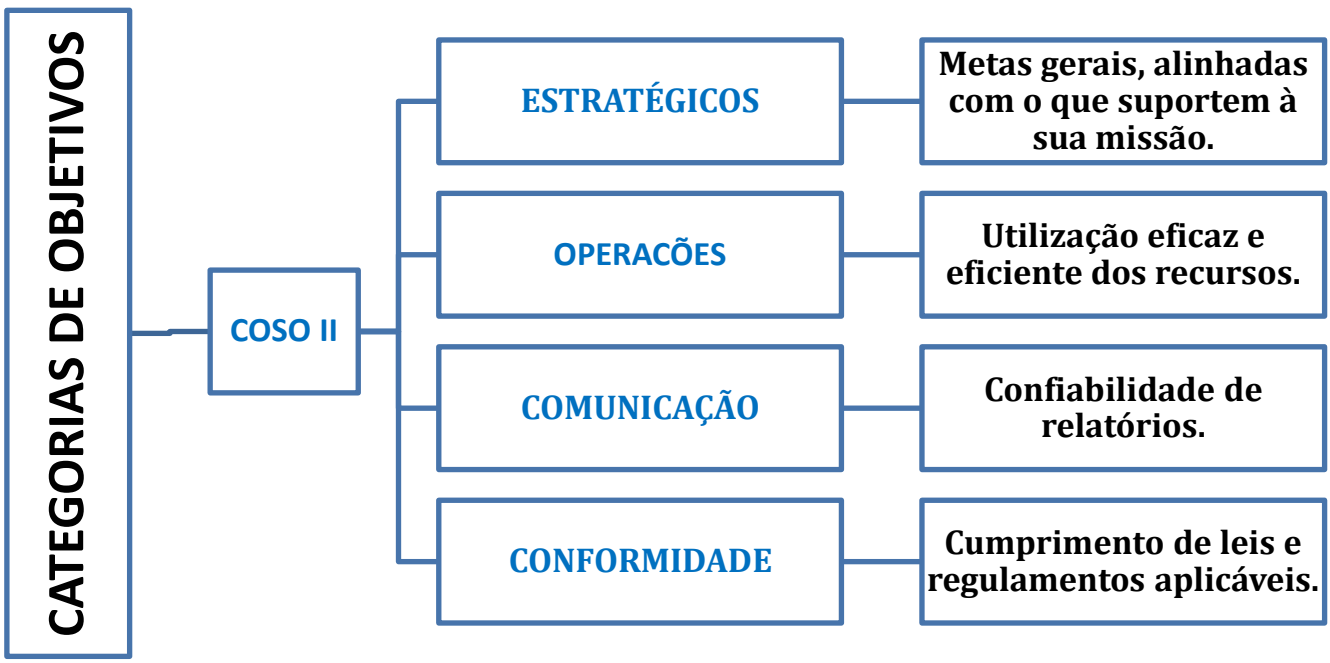
4) Quais os componentes do controle interno, segundo o Coso II?

1**. Ambiente de Controle**: demonstra o grau e comprometimento em todos os níveis da administração, com a qualidade do controle interno em seu conjunto.
2. **Avaliação de Riscos**: identifica os eventos ou das condições que podem afetar a qualidade da informação contábil e avaliação dos riscos identificados.
3. **Atividades de Controle**: medidas e ações integrantes de um sistema de controle que, se estabelecidas de forma tempestiva e adequada, podem vir a prevenir ou administrar os riscos inerentes ou em potencial da entidade.
4. **Informações e Comunicações**: identifica, armazena e comunica toda informação relevante, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos.
5. **Monitoramento**: compreende o acompanhamento da qualidade do controle interno, visando assegurar a sua adequação aos objetivos, ao ambiente, aos recursos e aos riscos. Pressupõe uma atividade desenvolvida ao longo do tempo.
6. **Definição/Fixação de objetivos**: definidos pela alta administração, os objetivos devem ser divulgados a todos os componentes da organização, antes da identificação dos eventos que possam influenciar na consecução dos objetivos.

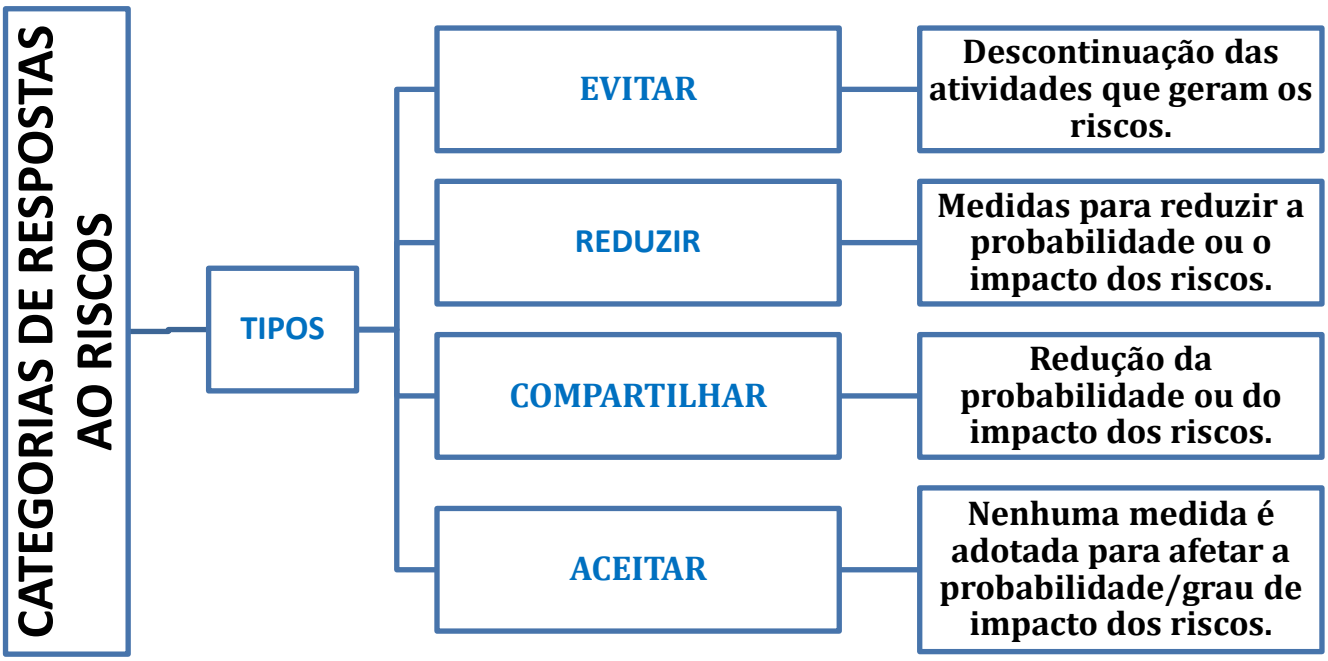
7. **Identificação de eventos**: pode-se planejar o tratamento adequado para as oportunidades e para os riscos, que devem ser entendidos como parte de um contexto, e não de forma isolada.
8. **Resposta ao risco**: para cada risco identificado, será prevista uma resposta, que pode ser de 4 tipos: evitar, aceitar, compartilhar ou reduzir.

5) Quais as categorias de objetivos do Coso I? E do Coso II?





6) Quais as categorias de respostas aos riscos, segundo Coso II?



That's all folks! Chegamos ao final do nosso **primeiro relatório**. Espero que tenham gostado.

Saibam que estou sempre aberto às críticas e sugestões!

Bons estudos e fiquem com Deus!

Tonyvan Carvalho

professortonyvancarvalho

ProfessorTonyvanCarvalho

Tonyvan Carvalho

7 – BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Tribunal de Contas da União. REFERENCIAL BÁSICO DE GESTÃO DE RISCOS. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/referencial-basico-de-gestao-de-riscos-FF8080816364D7980163BDC34BE55F20.htm>. Acesso em 26 de março de 2019.

_____. *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). Manual de Controle Interno - Estrutura Integrada – Sumário Executivo (COSO I). 2013. Disponível em: < http://www.auditoria.mpu.mp.br/bases/legislacao/COSO-I-ICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em 26 de março de 2019.

_____. *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). Manual de Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada (COSO II). 2007. Disponível em: < https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>. Acesso em 26 de março de 2019.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.